

CINCO MOTIVOS PARA IMPEDIR O FECHAMENTO DAS FAFENS

Por *Guilherme Moreira da Silva, do Rio de Janeiro, funcionário da Petrobrás, tendo trabalhado 13 anos na FAFEN Bahia*

A direção da Petrobras, nomeada por Michel Temer, anunciou o fechamento das FAFEN-BA e FAFEN-SE (Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados), afirmando o plano de sair do negócio de fertilizantes. Estas plantas produzem principalmente amônia e ureia.

Além dessas duas plantas, a Petrobras possui uma fábrica de fertilizantes em Araucária no Paraná (FAFEN-PR), colocada à venda, e tem uma nova planta (UFN-III) com 80% da obra concluída na cidade de Três Lagoas no Mato Grosso do Sul, que também está sendo vendida. Ainda há dois projetos de novas plantas em Uberaba/MG e Linhares/ES, que tiveram investimentos em equipamentos e terraplanagem, mas querem se desfazer como se fosse sucata.

1 – Brasil depende da importação de Ureia

A ureia é um fertilizante do qual o Brasil é extremamente dependente da importação, e cujo consumo tem uma grande perspectiva de crescer. Segundo os dados da IFA (Associação Internacional de Fertilizantes), em 2021, o Brasil consumirá oito milhões de toneladas por ano, sendo que 6,4 milhões de toneladas serão importadas. As FAFEN-BA e FAFEN-SE, juntas, produzem 1,1 milhão de toneladas por ano. Ou seja, claramente existe um grande mercado consumidor interno e espaço para crescer a produção nacional. É nesse cenário que a direção da Petrobras decide sair do setor.

2 – Prejuízo alegado é manobra contábil

O discurso da direção da empresa alega que o setor não é rentável, mas precisamos compreender alguns elementos que tornam essa informação errada. Só para começar, um absurdo de inteira responsabilidade do Governo Federal é que enquanto a ureia produzida no Brasil é tributada pelo ICMS, a importada é isenta de imposto de importação. Outro dado é que a principal impactante nos resultados das FAFEN-BA e FAFEN-SE é o Gás Natural. Só a FAFEN-BA consome 1,39 Milhões de Nm3/dia que são fornecidos pela própria Petrobras e, no balanço das fábricas, a empresa lança o preço de mercado no Gás Natural. Ou seja, o suposto prejuízo nas fábricas é meramente contábil, visto que ele se tornará lucro na contabilidade de venda do Gás Natural. Então não podemos aceitar essa versão de que as fábricas geram prejuízos, pois, na realidade, elas agregam valor ao Gás Natural.

3 – Fechamento vai aumentar crise social no país

O fechamento das fábricas gerará o desemprego direto dos trabalhadores terceirizados que atuam nas FAFEN's e pode, num curto prazo, causar o fechamento de várias misturadoras de fertilizantes e outras fábricas que utilizam a amônia como matéria prima, aumentando a quantidade de desempregados nos dois estados, promovendo a redução na arrecadação de ICMS e ISS e a

falta de alguns insumos.

Isso levará a uma diminuição drástica do orçamento dos Estados da Bahia e Sergipe, o que levará os governos a pressionarem para rebaixar ainda mais os direitos e diminuir a qualidade dos serviços públicos.

4 – Abandono do mercado de fertilizantes vai enfraquecer a Petrobras e tornar o Brasil mais vulnerável

A empresa terá uma grande quantidade de gás natural disponível no momento em que se projeta o aumento da disponibilidade deste produto no mercado nacional. Isso provavelmente diminuirá o valor médio do gás e trará uma redução de receita. Ou seja, a Petrobras deixará de utilizar o gás para produzir um produto de maior valor agregado para vendê-lo no mercado como insumo.

Assim, fica óbvio que o fechamento das fábricas só trará prejuízos, ainda mais que o setor de fertilizantes tem impacto direto na agricultura, sendo essa uma atividade econômica central para o país e com grande impacto social.

Sendo essa área tão estratégica para a economia brasileira, a participação de uma estatal é fundamental para garantir os interesses da população, pois sem a Petrobras no setor de fertilizantes nitrogenados a dependência dos produtos importados só aumentará, encarecendo a produção de alimentos e deixando de gerar empregos e renda no país.

5 – Fechamento das fábricas é parte do desmonte e entrega do patrimônio brasileiro às multinacionais

Devemos lembrar que isso é apenas uma parte do plano de desmonte da Petrobras que Pedro Parente está aplicando e é parte do desmonte do Estado promovido por Michel Temer. A simples promessa de transferir os empregados próprios não é suficiente.

Essa movimentação demonstra nitidamente que Temer e seu aliado tucano Pedro Parente querem destruir o caráter integrado e estatal da Petrobras para beneficiar as multinacionais. Caso ocorra o fechamento das FAFEN's, o próximo alvo serão as refinarias.

Por isso, neste momento, defender as FAFEN's significa defender os empregos, os serviços públicos dos estados da Bahia e Sergipe, a saúde e o futuro da Petrobras, e a soberania energética e alimentar do Brasil.

É urgente uma grande mobilização nacional que envolvam as federações, associações e sindicatos de petroleiros e o conjunto dos movimentos sociais. Também é preciso cobrar e exigir ações dos governos e parlamentares, principalmente dos estados do Sergipe e da Bahia, impulsionando uma campanha nacional para a impedir esses ataques.

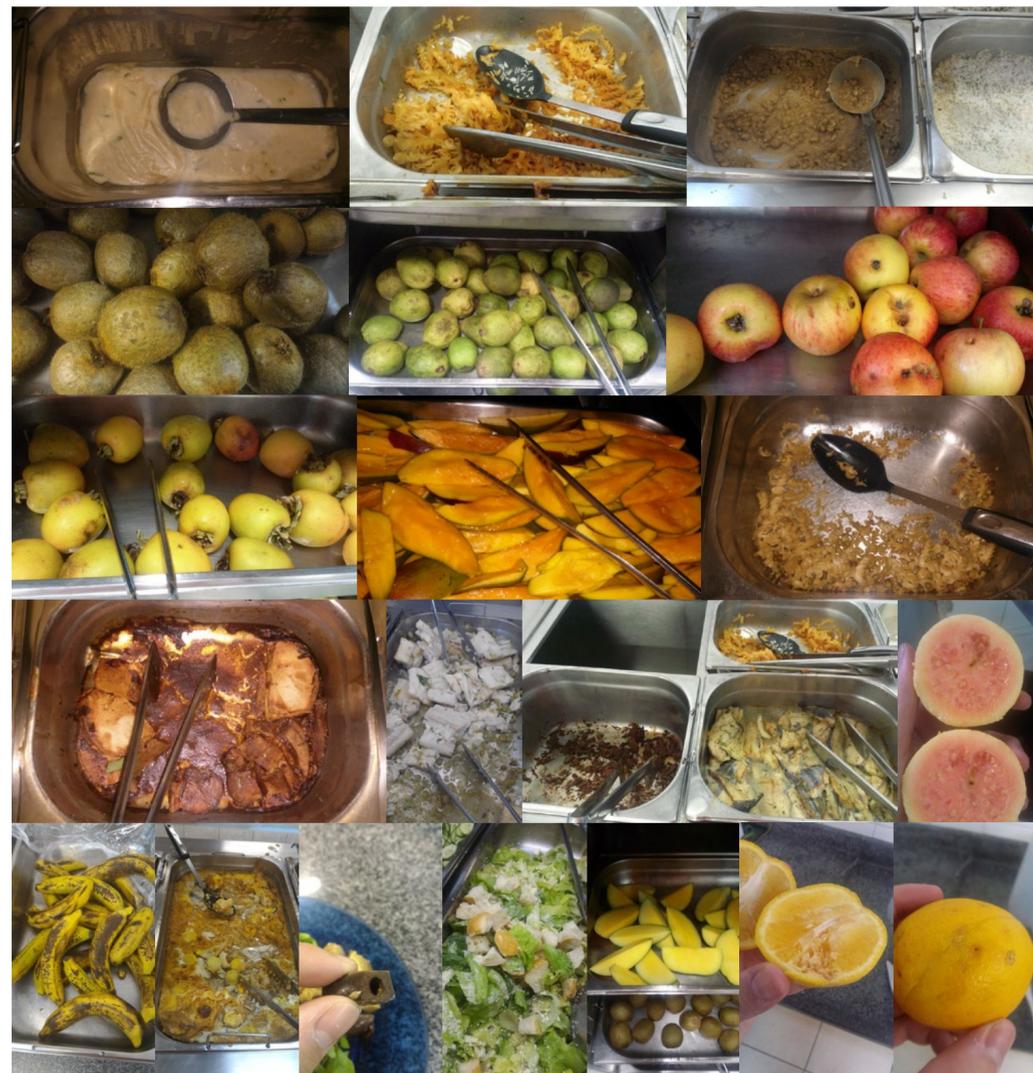
DE OLHO NA ALIMENTAÇÃO

O Sindicato e os trabalhadores tinham razão quando apontaram que a redução do valor da refeição no contrato causaria queda da qualidade. Como mostram as fotos a seguir, há frutas servidas em péssimo estado, algumas verdes, outras passadas; comida ressecada, com mal aspecto. Isso é resultado da redução do valor da refeição para pouco menos de R\$ 20,00 enquanto o pessoal que recebe vale refeição, por exemplo, tem cerca de R\$ 60,00 para almoçar, o que é um

tratamento desigual.

Há muita insatisfação e a empresa sabe disso. É hora de aumentar a pressão. Participe da nossa enquete no site do Sindicato, dê a sua opinião sobre a alimentação na refinaria, mande as suas observações ou reclamações.

Você ainda pode responder a nossa enquete no site, mandar observações e reclamações. Acesse: <http://www.sindipetrosjc.org.br/alimentacao>.



TOCHA

Informativo Sindipetro/SJC
Tocha 5 | 2018



UNIDADE NA LUTA CONTRA O DESMONTA DA PETROBRAS!

CAMPOS DE EXTRAÇÃO

Venda de participação no bloco exploratório BM-S-8 para a Statoil, de partes dos campos de Iara e Lapa para a Total, de 100% do campo de Baúna (no pós-sal da Bacia de Santos) e 50% de Tartaruga Verde (no pós-sal da Bacia de Campos), outras participações em campos de petróleo e gás em terra e em águas rasas.

ELIMINADO

DISTRIBUIÇÃO

Venda da malha de distribuição de 2,5 mil quilômetros de gasodutos da NTS (Nova Transportadora do Sudeste).

ELIMINADO

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Venda de participação na Petrobras Argentina (PESA); venda completa da Petrobras Chile Distribución (PCD), venda de ativos na Colômbia.

ELIMINADO

ENVASAMENTO

Venda da Liquigás para o grupo Ultra (que apoiou torturas na Ditadura Militar) e de participação na Gaspetro para a Mitsui Gás e Energia do Brasil e da NSS, refinaria no Japão.

ELIMINADO

FERTILIZANTES

FAFENS (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) em Sergipe e Bahia

PETROQUÍMICA

Venda de participação na Petroquímica Suape e CITEPE e de participações em outras petroquímicas, como a Braskem

ELIMINADO

TERMELÉTRICAS

Venda de terminais de gás natural liquefeito (GNL) e termelétricas associadas.

ELIMINADO

REFINARIAS

Parente estuda a venda de participação privada em refinarias.

BR DISTRIBUIDORA

O Conselho de Administração da subsidiária aprovou o compartilhamento do controle de distribuição de combustíveis com parceria no mercado privado.

ELIMINADO

TRANSPETRO

POR MAIS DIREITOS HUMANOS

(pág. 2)

NÃO HÁ PREJUÍZO; O QUE HÁ É UMA OPÇÃO POLÍTICA

(pág. 5)

AMS INICIA RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS

(pág. 5)

PRIVATIZAÇÃO E SUBMISSÃO: SOBRE OS RESULTADOS FINANCEIROS DA PETROBRAS EM 2017

(pág. 4)

CINCO MOTIVOS PARA IMPEDIR O FECHAMENTO DAS FAFENS.

(pág. 3)

Edição 5 de 2018 | Pág. 6

POR MAIS DIREITOS HUMANOS

A execução da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e do motorista Anderson Pedro Gomes na noite de 14 de março tenta frear a luta do povo pobre, em sua maioria negro e marginalizado das periferias, contra a desigualdade, o preconceito e a violência policial.

Lutar por justiça social em um país violento e com grande conflito de classes sociais como o Brasil é um risco para os defensores dos direitos humanos. A Comissão Pastoral da Terra denuncia 129 assassinações de lideranças indígenas, comunitárias, sindicais e de trabalhadores rurais só nos últimos três anos.

Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública constata 61.619 mortes violentas no Brasil só em 2016, último ano do levantamento. É o equivalente ao número de vítimas da bomba de Nagasaki, atirada, em 1945, sobre o Japão. 4.224 pessoas foram mortas em decorrência de intervenções policiais.

Marielle defendia os direitos humanos e atuava principalmente junto ao povo pobre e trabalhador das favelas do Rio, mas também assistia as famílias dos policiais mortos em trabalho, cuja maioria também é de negros (56%). Não à toa, o coronel da PM do Rio de Janeiro Robson Rodrigues da Silva homenageou o trabalho da vereadora e condenou a onda de fake news sobre a execução.

A morte da vereadora remete a discussões sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro e também ao modelo de militarização da polícia. Quatro dias antes de morrer, Marielle denun-

ciou que o 41º batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro estava violentando moradores de Acari. Dois jovens foram mortos e jogados em vala comum. Este batalhão tem o maior índice de letalidade de todo o estado fluminense, segundo o ISP (Instituto de Segurança Pública). Foram cerca de 450 mortes só nos últimos cinco anos.

A defesa dos direitos humanos compreende a cobrança de que o estado esteja presente nos morros e favelas tal qual nos centros urbanos em forma de saúde pública, educação, lazer, cultura etc. Já a militarização da PM e a intervenção militar no Rio de Janeiro tiram vidas inocentes e não coíbem o crime.

Também não é à toa que 77,2% dos policiais são contra a militarização da PM e a favor de uma reforma da polícia. Querem o fim da subordinação da força policial ao exército. A constatação é de pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro da Segurança Pública, em 2014. Enquanto os reacionários espalham fake News, Marielle, Anderson e todas as outras vítimas da

violência lembradas anualmente nos atos com cruzes dos direitos humanos nas orlas do Leblon e Ipanema, como também policiais, são vítimas do fracasso do modelo da política atual de segurança pública.

Marielle defendia o investimento do estado no ser humano, não em balas. É por isso que Anderson e Marielle estão presentes. A luta deles é a luta de todos por mudanças, transformações sociais e direitos humanos para todos nós!

PRIVATIZAÇÃO E SUBMISSÃO: SOBRE OS RESULTADOS FINANCEIROS DA PETROBRAS EM 2017

A Petrobras anunciou prejuízo de R\$ 446 milhões em 2017. Dois são os fatores levantados pela empresa para justificar tal resultado: (i) o pagamento do chamado class action, ação movida pelos “investidores” que detinham papéis da Petrobras nos EUA e alegaram ter sido prejudicados pelos problemas recentes da empresa com corrupção, que custou R\$ 11,2 bilhões; e (2) a adesão ao Refis (programa de refinanciamento de dívidas de empresas com o governo), com o pagamento de R\$ 10,43 bilhões para se livrar de uma dívida de mais de R\$ 40 bilhões.

Estes dois valores, chamados de “itens não recorrentes” (pois não são gastos que a empresa tem anualmente), explicam em parte o prejuízo da empresa. No entanto, um dado que contrapõe o discurso de que apenas por isto a empresa não teve lucro é a continuidade do processo de “desinvestimento” (venda da Petrobras). Em 2017, a Petrobras recebeu R\$9,9 bilhões com venda de ativos, um aumento de 37% em relação a 2016, ou seja, a privatização da empresa foi acelerada. Isso ocorreu com as vendas da Petrobras Chile Distribución e a Nova Transportadora do Sudeste (NTS). A diminuição dos seus ativos também impacta na subtração de atividades para gerar lucro, limitando o crescimento da empresa – com isto, a previsão é de diminuição de receitas futuras.

Neste mesmo sentido também observamos a diminuição do nível de investimento. Como a empresa mostra no Relatório ao Mercado Financeiro, houve uma diminuição do investimento total entre 2016 e 2017 de 13%, uma subtração de 7 bilhões de reais. Outro número que chama a atenção é o de trabalhadores. A empresa continua a diminuir o seu quadro de funcionários, agora sendo uma diminuição em 9% no ano de 2017. Para se ter uma ideia, a Petrobras passou de 78,5 mil funcionários em 2015 para 62,7 em 2017, 20% a menos – em grande parte

por conta do programa de demissão voluntária.

A “hibernação” (nome dado para amenizar o fechamento) anunciada nesta segunda, 19, da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-SE) e a possível extensão para a Fafen-BA é uma mostra do que está virando a Petrobras. O fertilizante que antes era produzido na região será agora importado. No mercado de derivados de petróleo está ocorrendo um grande crescimento das importações – como vimos, inclusive incentivado pela maior empresa do país.

Soma-se a isso a já muito discutida partilha do pré-sal. Em dezembro de 2017 o pré-sal foi, pela primeira vez, responsável pela metade de toda a produção de petróleo e gás natural do país. A quebra do seu monopólio continua retirando dinheiro da Petrobras – apesar de ela ser a responsável pela descoberta e viabilização da área –, apesar de Pedro Parente mostrar-se muito feliz pela entrada dos concorrentes estrangeiras na lucrativa área de exploração de petróleo – algo muito estranho para uma empresa capitalista.

A conclusão que podemos chegar com mais este resultado da Petrobras é que o caminho trilhado pela empresa com a gestão de Temer e Parente – tal como inúmeras outras medidas deste governo – é uma perda histórica para os trabalhadores que se beneficiam com o emprego, os lucros e royalties e a tecnologia desenvolvida pela Petrobras. Os atos de corrupção na Petrobras continuam a ser usados como desculpa para acabar com a empresa, jogando desta vez mais de R\$ 10 bilhões para “abutres” estrangeiros, valor que deveria servir para investir no país e gerar renda e emprego em momento de crise econômica. O maior desafio colocado para os trabalhadores da Petrobras é impedir que este governo continue a subordinar este grande patrimônio brasileiro aos desmandos do empresariado internacional.

NÃO HÁ PREJUÍZO; O QUE HÁ É UMA OPÇÃO POLÍTICA

O prejuízo de R\$ 446 milhões da Petrobras, em 2017, não é um prejuízo operacional. A empresa nunca extraiu tanto petróleo e gás como nos últimos anos e a Petrobras só não está refinando mais porque Pedro Parente reduziu a carga de processamento das refinarias para aumentar a importação de derivados. É o único caso no mundo em que o presidente de uma petroleira sabota a empresa.

Por isso, não há prejuízo. O que existe é uma opção política de deteriorar as atividades da empresa a fim de facilitar a sua privatização e restringir a Petrobras apenas a descoberta e extração de hidrocarbonetos.

O pagamento da class action nos Estados Unidos foi uma grande armadilha das agências especuladoras de risco, de escritórios jurídicos oportunistas, do mercado acionista e do entreguismo da gestão Temer/Parente. Destruir a empresa é um compromisso desta gestão, tal qual a base de sustentação do governo Temer no Congresso, com os investido-

res estrangeiros e o livre mercado, ou seja, o direito do livre mercado especular, derrubar, sabotar, explorar a bel-prazer, como sempre o fizeram, por exemplo, as 7 irmãs do petróleo.

Neste disputado setor, os 7 maiores grupos petrolíferos do mundo elegeram, compraram, derrubaram, assassinaram presidentes e reis, articularam golpes de estado, trapacearam nações, praticaram espionagem (alguém se lembra dos computadores da Petrobras roubados no porto de Santos?) e fizeram o maior cartel da história da humanidade.

É em prol deste setor que a gestão Temer/Parente (agentes terceirizados do mercado) direciona a Petrobras. o ataque às FAFENS é o mais recente episódio do esquiteamento da companhia. Por isso, é preciso derrotar o projeto econômico, o modelo neoliberal representado pela gestão Temer/Parente e o restante da elite político-financeira.

AMS INICIA RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS

A AMS está recadastrando os aposentados e pensionistas da categoria. O recadastramento deve ser feito exclusivamente pelo Botão Compartilhado até 21 de maio. Acesse servicoscompartilhados.petrobras.com.br. Mais informações podem ser obtidas por meio do telefone 0800 287 2267, opção 1.

A Secretaria de Aposentados do Sindipetro/SJC irá ajudar os companheiros com dificuldade, mas é importante não deixar para a última hora por causa da lentidão do sistema nos últimos dias do prazo. O recadastramento requer:

1) Se o beneficiário já tiver uma senha do Botão Compartilhado, é só fazer o login. Quem não tiver, é preciso entrar no link para realizar o cadastro, que fica embaixo, no canto direito do site. Após o cadastro, uma senha será enviada para o seu e-mail. Com

a senha em mãos, volte para o link anterior e preencha o campo do login na página, com número do cartão AMS e a senha que acabou de receber e clique em entrar;

2) Na sequência, vai abrir outra página. É preciso clicar em "Recadastramento AMS";

3) O site vai abrir um formulário para o preenchimento. Ao final do preenchimento do formulário com todos os dados solicitados será apresentada uma relação de comprovantes que precisam ser enviados;

4) Os documentos solicitados devem ser escaneados e anexados, como certidão de casamento e comprovante de endereço, além das certidões de nascimento, RG ou CNH, dos dependentes;

5) Agora é só clicar em enviar.